

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION  
06-08 DE SETEMBRO DE 2012  
UNIVERSIDADE DE ILLINOIS – CHAMPAIGN-URBANA

**O OPERÁRIO E O PRATO DO DIA: SOCIOLOGIA E NUTRIÇÃO EM UM  
ESTUDO DE JOSUÉ DE CASTRO SOBRE PADRÃO DE VIDA DE  
TRABALHADORES**

ANGELO DEL VECCHIO (UNESP)<sup>1</sup>

CARLA REGINA MOTA ALONSO DIÉGUEZ (FESPSP)<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Angelo Del Vecchio é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), docente da Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Araraquara – Universidade Estadual Paulista (UNESP) e presidente do Conselho Superior da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). É coordenador do Grupo de Pesquisa Sociologia e Pensamento Social no Brasil. E-mail: [adv@fespsp.org.br](mailto:adv@fespsp.org.br)

<sup>2</sup> Carla Regina Mota Alonso Diéguez é doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). É membro do Grupo de Pesquisa Sociologia e Pensamento Social no Brasil. E-mail: [carlaregina@fespsp.org.br](mailto:carlaregina@fespsp.org.br)

## 1. Apresentação

A condição de vida dos operários é tema de maior incidência em momentos nos quais as economias nacionais conhecem surtos pioneiros de industrialização. É possível observarmos uma constante histórica, segundo a qual, em tais processos, ocorre a migração das populações que fogem da penúria nos campos - por vezes para outros países –e, deslocadas para os centros urbanos em acelerada expansão, formam o fluxo intenso de força de trabalho que ocorre em abundância para as indústrias. É preciso notar que em tais situações o empobrecimento do meio rural, combinado ao deslocamento de grandes contingentes de indivíduos pauperizados às cidades provoca o fenômeno que Polanyi qualificou como “[...] uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns.” (POLANYI, 2012, p.35), desarticulação esta que, em pouco tempo, deslocou de suas terras o camponês “[...] transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões.” (POLANYI, 2012, p. 37)

Além do clássico de Polanyi, muitos outros trabalhos, como aqueles elaborados no século XIX, qualificam como catastrófico, do ponto de vista das populações pobres, o contexto da Revolução Industrial. Poucas mudanças sociais merecem de fato tal designação, no entanto, as descrições da miséria presente na Revolução Industrial Inglesa, tanto no campo quanto na cidade, parecem estar adequadamente qualificadas por este termo.

No caso brasileiro, no qual a industrialização é um processo tardio ou retardatário o quadro de penúria é mais grave do que aquele encontrado na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX , pois nossa passagem à economia fabril se fez com a dificuldade adicional decorrente de uma acumulação primitiva precária, e é fato consagrado que nos “[...] países com uma carência aguda de capital, uma depressão nos padrões de vida populares era quase inevitável.”(HOBSBAWN, 1981, p.73)

A produção nacional relativa a este aspecto da vida operária compreende um conjunto razoável de trabalhos, que abrangem praticamente os últimos oitenta anos. No entanto, elegemos como nosso objeto as investigações iniciais, datadas dos anos 1930, em vista da importância que elas tiveram e ainda têm. Tal relevância se faz evidente se consideramos os impactos práticos que apresentaram quando da sua publicação - por exemplo, o estabelecimento do salário mínimo -, bem como a contribuição que

prestaram à configuração de campos científicos como a das ciências sociais e da nutrição.

Nestes termos, este trabalho tem por objetivo apresentar a contribuição de Josué de Castro sobre o tema. Sua pesquisa realizada em 1932, a qual será tratada aqui, foi pioneira e fomentou outras pesquisas realizadas em anos posteriores.

Para que possamos entender melhor como esta preocupação com o padrão de vida da classe trabalhadora surge no Brasil e passa a orientar estudos sobre o assunto, como o empreendido por Josué de Castro, vale retomarmos pesquisas anteriores, que nos auxiliarão a compreender o contexto em que tais estudos surgem e as preocupações que os norteiam. Em seguida, trataremos brevemente das pesquisas de padrão de vida realizadas no Brasil nos anos 1930, para, então, focarmos exclusivamente na pesquisa realizada por Josué de Castro em 1932, pioneira e inspiradora de tantas outras.

## **2. As condições de vida da classe trabalhadora no século XIX**

Os relatos da decadência das condições de vida aparecem recortados por vários ângulos, mas é particularmente naqueles dos padrões de habitação e de alimentação que eles surgem com contornos mais impressionantes. Historiadores que abordaram o problema apresentam imagens que, ao mesmo tempo, oferecem a intensidade e a dimensão de tal degradação. Cole retrata as habitações de trabalhadores ingleses da década de 1840 da seguinte forma:

Doze casas em más condições sanitárias na encosta de uma colina podem constituir uma aldeia pitoresca, mas mil e duzentas casas constituem um sério incômodo, e doze mil uma praga e um horror. (COLE, 1961, *apud* HOBSBAWN, 1981, p.124)

Tratava-se, pois, de um processo que não só levava os migrantes a habitações ainda piores do que aquelas em que viviam no meio rural, como também estendia essa degradação a outras dimensões do cotidiano, pois, a má qualidade das residências envolvia questões que diziam respeito a muito mais do que o conforto ambiental. Os estudos da época, a maioria deles não casualmente realizada por médicos, apontava que o convívio nessas casas precárias levava ao comprometimento da saúde dessas famílias.

Nesse sentido, a observação do jovem Engels sobre a aglomeração dos trabalhadores londrinos deu-se em registro presente em estudos daquela época. Segundo ele

A atmosfera de Londres não pode ser tão pura e rica em oxigênio como a de uma região rural; 2,5 milhões de pessoas respirando e 250 mil casas amontoadas numa área de três ou quatro milhas quadradas consomem uma enorme quantidade de oxigênio que dificilmente se renova, uma vez que a arquitetura citadina não favorece a circulação do ar.

[...] Os pulmões dos habitantes não recebem a porção adequada de oxigênio e as conseqüências são a prostração física e intelectual e a redução da energia vital. (ENGELS, 2008, p.136. grifo nosso)

A arquitetura urbana, que não favorecia o provimento necessário de ar aos operários, aliada à jornada de trabalho estafante, conformava e contribuía para a difusão de hábitos que, ao fim e ao cabo, acabariam por comprometer ainda mais a higidez desses trabalhadores, entre os quais avulta o consumo desabrido de bebidas alcoólicas. O mesmo Engels quem observa que em tais circunstâncias “[...] a necessidade física e moral leva uma grande parte dos trabalhadores a sucumbir ao álcool.” (ENGELS, 2008, p.142)

É notável nesse trecho a referência do autor às condições morais dos trabalhadores. Tal foco de análise é recorrente na maioria dos trabalhos da época, entre os quais nominamos Kay (1832), Gaskell (1833), Villermé (1840), Buret (1840), Ducppétiaux (1843) e Le Play (1855).

As razões pelas quais a questão dos costumes adquire tal grau de importância para esses pioneiros podem ser em parte explicadas pela existência de determinados padrões de conduta vigentes à época, bem como pelo pendor verificado naquele momento para análises enviesadas por temas que tangiam a dimensão relativa aos costumes. No entanto, ainda hoje, parece de todo modo lícita a associação entre dimensões e efeitos materiais e morais da miséria. Nesse particular é elucidativa a observação de Castel, quando comenta os juízos carregados de valorização externados por Buret:

Esses julgamentos são alimentados, sobretudo pela descrição da forma de vida das famílias operárias amontoadas nos subúrbios das cidades

industriais, onde a promiscuidade dos sexos e das idades, bem como a total ausência de higiene, constituem o que se poderia chamar de uma nova etiologia da depravação dos costumes.

[...] O pauperismo representa, assim, uma espécie de imoralidade que se faz natureza a partir da degradação completa dos modos de vida dos operários e de suas famílias. (CASTEL, 2010, p.287).

Assim, mesmo análises sobre o proletariado inglês de meados do século XIX, como a de Engels que, segundo a insuspeita crítica de Hobsbawn, conferem “[...] mais atenção à sociologia da industrialização do que aos padrões de vida materiais [...]” (HOBSBAWN, 1981, p.130), não se escusam de demarcar a decadência dos costumes e associá-la aos ambientes de trabalho e moradia.

No que tange aos efeitos da arquitetura das residências sobre os hábitos e procedimentos privados dos trabalhadores, o pensador alemão concluiu que

Em síntese, nas moradias operárias de Manchester não há limpeza nem conforto e, portanto, não há vida familiar possível; só podem sentir-se à vontade nessas habitações indivíduos desumanizados, degradados, fisicamente doentios e intelectual e moralmente reduzidos à bestialidade. (ENGELS, 2008, p.105).

Se as infectas casas e os hábitos dos trabalhadores os conduziam ao embrutecimento, a dieta alimentar não atuava em sentido contrário, pois complementava uma tríade de fatores de degradação da qualidade de vida dessas populações, ao promover o comprometimento da saúde popular.

Segundo dados compilados nas grandes cidades industriais, a qualidade da alimentação operária decaiu consideravelmente naquele período, de modo que os nutrientes ingeridos pelos proletários encontravam-se em níveis inferiores àqueles dos indigentes, recolhidos aos abrigos.

Ao comparar as estatísticas oficiais do período, Hobsbwan constata que em “[...] cidades em depressão como Bradford-on-Avon, onde em 1842 o consumo médio de carne da classe trabalhadora não chegava a dois terços do mínimo dos asilos de pobres” (HOBSBAWN, 1981, p.81. grifo nosso).

Ou seja, a despeito do grande dispêndio de esforço físico, e do desgaste proporcionado por condutas desregradas e vivendas precárias, o trabalhador industrial

ingeria em média trinta por cento menos proteínas do que moradores de rua que subsistiam graças à caridade pública.

A deficiência nutricional é um ponto comum a várias investigações sobre as condições de vida de operários dos primórdios da industrialização europeia, que posteriormente se apresentará em registro constante quando da realização de pesquisas similares nos anos 1930, no Brasil, em especial no estudo de Josué de Castro que abordaremos adiante.

Entre as muitas descrições da penúria alimentar, a de Cole é expressiva ao relatar que na Inglaterra dos fins do século XVIII e início do XIX:

Em toda a zona rural, e em muitas cidades, a população trabalhadora sobrevivia principalmente da alimentação por cereais. Na maior parte do sul, os trabalhadores não consumiam carne, exceto uma ocasional fatia de toucinho defumado. (COLE, 1961, p. 78)

O exame da bibliografia acima, que reputamos representativa da produção científica inicial sobre a condição de vida de trabalhadores, indica que entre os tantos aspectos compreendidos neste objeto, dois adquiriram estatuto de essencialidade: a moradia e a alimentação das famílias operárias.

A pesquisa orientada por estes componentes marcou também a primeira produção brasileira, como podemos verificar adiante, no tratamento das mesmas.

A que se considerar adicionalmente a advertência de Hobsbawn, para o fato de que nos países de desenvolvimento capitalista retardatário, como é o caso brasileiro, a pobreza dos trabalhadores colocava-se quase com a força de uma determinação incontornável, uma vez que, segundo o autor, "nos países com uma carência aguda de capital, uma depressão nos padrões de vida populares era quase inevitável." (HOBSBAWN, 1981, p.73)

### **3. As pesquisas sobre padrão de vida da classe trabalhadora no Brasil**

A primeira notícia relativa às pesquisas sobre o padrão de vida de trabalhadores brasileiros data de 1870. A aparente precocidade do tema entre nós não decorreu de iniciativas oficiais ou da dedicação de nossos acadêmicos, mas foi consequência de determinação do Foreign Office britânico aos seus cônsules para que gerassem "[...]

informações sobre salário, poder de compra, moradia, saúde, mercado de trabalho, em suma, sobre as condições de vida dos trabalhadores, com especial atenção para os aspectos atinentes à vida urbana [...]” (COSTA, 2001, p.1).

Claro está que as informações constantes do inquérito realizado nas capitais do Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo não se destinavam a melhorar propriamente a situação da então diminuta massa operária nacional, mas, sim a estabelecer condições favoráveis ao estabelecimento de cidadãos ingleses que na condição de “[...] operários, artesãos e ‘trabalhadores por conta própria’ que desejassem imigrar para o Brasil.” (COSTA, 2001, p.1).

Foi somente na passagem dos anos 1920 para os 1930 que a questão das condições de vida dos proletários tornou-se foco das atenções governamental e acadêmica.

E, de modo semelhante aos inquéritos europeus dos séculos XVIII e XIX, nossos correspondentes nativos se desenvolveram sob a influência de uma perspectiva tributária das ciências da natureza e tiveram a participação pioneira de sociólogos com formação profissional específica, mas também de médicos que, a despeito de não serem escolarizados na área, praticavam efetivamente a ciência social.

O ano de 1931 parece ser a data do primeiro estudo dessa modalidade a vir a público entre nós, quando o engenheiro e capitão de artilharia Altamirano Nunes Pereira publica seu “Méthodo racional de fixação de salários mínimos para a adopção no Brasil” (PEREIRA, 1931). Neste livro, Pereira constatou a necessidade de “[...] conhecer-se o custo da vida, o valor aquisitivo do salário” (PEREIRA, 1931, p. 27) e, numa tentativa de traçar um método para fazê-lo, elaborou descrição que podemos denominar naturalista, que aborda conjuntamente as moradias e a alimentação proletárias, segundo a qual

O lar operário dispõe em regra, de pequena horta, quando as indústrias são nos centros do interior. Esse facto concorre para a conformação, por parte do operário, com um salário diminuto.

Mas, nos grandes centros, os operários moram em residências acanhadas, sem quintaes, o que os impossibilita de buscarem na própria casa outros recursos para a alimentação. (PEREIRA, 1931, p.29)

Embora não faça referência aos pioneiros ingleses e franceses, os procedimentos indicados em tudo se aproximam do método monográfico de Le Play (LE PLAY, 1855). Há que considerar que as análises sobre o tema vêm à luz num período ainda fortemente influenciado pelo longo domínio da perspectiva darwiniana, tanto no Brasil, como no exterior, no qual era corriqueira a aproximação, e não rara a intersecção, entre praticantes da medicina e das ciências da sociedade (SILVINO, 2010). Segundo, Lopes naqueles textos clássicos

O próprio termo *condição* sugere a influência do preponderante do *meio*, o determinismo de ações que se exercem sobre a vida de *fora*, externamente ao objeto. Essa “história natural da vida” dominante na literatura médica e biológica do século XVIII, e sistematizada por Lamarck, é tomada de empréstimo ou simplesmente estendida para o domínio das relações sociais pelos analistas sociais da época (que incluíam muitos médicos e sanitaristas). Esse determinismo do meio físico, das “condições físicas”, prolonga-se tomando forma de um determinismo psicofisiológico, atingindo também o comportamento da classe trabalhadora, constituindo-se nas “condições físicas e morais da classe trabalhadora”. (LOPES, 1982, p. 28)

Nesse ambiente intelectual, entre os anos de 1932 e 1937, vieram a público as primeiras pesquisas empíricas sobre padrão de vida de trabalhadores, dotadas de orientação metodológica definida. Duas delas foram elaboradas em São Paulo, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, pelos professores Horace Davis e Samuel Lowrie em 1934 e 1937, respectivamente (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2008). A outra, de Josué de Castro, foi feita em 1932, tendo por foco as condições de nutrição dos operários de Recife (CASTRO, 1932).

As três pesquisas, constituídas por monografias, foram publicadas pela Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, sendo que o inquérito do Recife fora antes editado por órgão governamental no Recife (CASTRO, 1932).

Embora editadas por um mesmo veículo, não há indicações de que os sociólogos americanos mantivessem contato com Castro, cujas motivações e influências recebidas são diversas daquelas presentes nos trabalhos paulistas.



As pesquisas empreendidas pelos sociólogos americanos em São Paulo tiveram, cada qual, propósitos diferentes. A primeira, coordenada pelo Prof. Horace Davis durante o ano de 1934, constituía “[...] um dos exercícios práticos previstos pelo regulamento da Escola” (DAVIS, 1935, p. 115). Realizada em parceria com o Instituto de Educação e o Instituto de Higiene de São Paulo e com a participação de educadoras sanitárias do Serviço de Higiene e Educação Sanitária Escolar, tinha por objetivo determinar o consumo de 221 famílias operárias residentes em 39 bairros da capital paulista no período de um mês, em particular no que se refere à alimentação

Sob o título “Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo”, o relatório do inquérito foi publicado no volume XIII da *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, de 1935. Além de investigar o regime alimentar das famílias, a pesquisa visava a outros objetivos, entre os quais se destacam o estabelecimento de referências para o estudo das condições e do custo de vida no País e a formação de pesquisadores capazes de dominar e desenvolver praticamente a metodologia para o tratamento científico de temas dessa natureza, em especial por meio da interpretação das estatísticas sociais.

A segunda pesquisa, coordenada pelo Prof. Samuel Lowrie e realizada nos anos de 1936 e 1937, teve por objeto as famílias dos operários da Limpeza Pública da cidade de São Paulo. O levantamento de campo compreendeu três períodos de observação, de um mês cada, entre novembro e dezembro de 1936, janeiro e fevereiro, abril e maio de 1937. O relatório do estudo foi publicado no volume LI, ano V, da *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, sob o título “Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários da Limpeza Pública da municipalidade de São Paulo”.

O texto faz referência ao arcabouço legal constituído desde 1934, compreendido pela Constituição naquele ano promulgada e pelos decretos nº 185 e nº. 399 (LOWRIE, 1938, p.184), o qual objetivava o estabelecimento e a regulamentação de níveis salariais que garantissem as condições básicas de subsistência do trabalhador. Inspirado e provavelmente premido por esse conjunto de leis, o governo municipal tomara a iniciativa de realizar a pesquisa, que, além de investigar o custo de vida de um dos grupos de mais baixo salário, tinha por objetivo principal introduzir na administração municipal paulistana as normas legais de vigência do salário mínimo. Era intenção dos autores que essa iniciativa fosse exemplar, de forma que se irradiasse como padrão a outros entes da administração pública paulista (LOWRIE, 1938, p. 185).

Já a pesquisa pioneira de Josué de Castro tinha o problema da alimentação como objeto. Com o objetivo de “[...] averiguar a alimentação das classes assalariadas [...]”

(CASTRO, 1935, p. 168), a pesquisa de Josué de Castro pretendia desvelar “[...] como vive, ou melhor será dizer como morre de fome, a maioria da nossa população”. (CASTRO, 1935, p. 168)

Desta forma, a pesquisa de Josué de Castro difere das pesquisas posteriores pela sua preocupação direta com a alimentação dos mais pobres e como a precariedade desta afeta na constituição física e mental dos indivíduos, impedindo o seu desenvolvimento econômico e social. A diferença aparece inclusive no título da publicação. Intitulado em 1932 como “O valor da alimentação”, quando foi publicada pelo Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; adquiriu em 1935 o título de “As condições de vida das classes operárias no Recife: estudo econômico de sua alimentação”, quando publicada na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo.

Com este título, Josué de Castro mostra que está menos interessado em como os ganhos revertem-se em bens de consumo e mais no que é consumido, principalmente em termos de alimentação, por esta classe trabalhadora, que precisa de porções mínimas de determinados nutrientes para produzir e garantir o seu sustento.

Contudo, como esta questão surge para Josué de Castro? É o que apresentaremos logo a seguir.

#### **4. Josué de Castro: o padrão de vida dos trabalhadores em sua trajetória.**

Há múltiplos motivos para expor a singularidade de Josué de Castro entre os intelectuais brasileiros. Sua vida e obra já foram objeto de livros, filmes, ciclos acadêmicos, de forma que tal recenseamento extrapolaria as finalidades da presente pesquisa.

Interessa-nos, sobretudo, qualificar a contribuição de seu estudo sobre a condição de vida operária no Recife para a constituição simultânea de duas disciplinas científicas: a sociologia e a nutrição, a qual não pode ser dissociada de sua militância política, expressa nos escritos sobre o tema, e ausente nos estudos da área a ele contemporâneos.

Cabe notar que Castro, médico de formação, formou-se num centro de elaboração do “pensamento social brasileiro”, essa outra denominação que se dá à fase inicial da sociologia em nosso país.

Na Recife dos anos 1920 e 1930 a Medicina e a Sociologia caminhavam juntas. Esta disciplina científica ainda em formação, aquela já consolidada com ramificações

voltadas à questão social. Por isso, a exemplo de Castro, não poucos diplomados em Medicina tornaram-se praticantes da Sociologia.

Castro filiou-se a uma linhagem de médicos fundadores da Nutrição como disciplina científica e prática pública. Levou adiante, assim, a herança de outros profissionais da saúde que se dedicaram à investigação dos aspectos sociais da nutrição, como Eduardo Magalhães (1908) e Francisco S. Souza (1910), ou ainda Nina Rodrigues, no estudo sobre o consumo de farinha de mandioca (VASCONCELOS, 2007, p. 201).

Contudo, entre aqueles que influenciaram sua obra, tem papel central Pedro Escudero, médico argentino, militante da Nutrição Pública e fundador da Escola Nacional de Nutrição (1926), da Escola Nacional de Dietistas (1933) e do curso de médicos “dietólogos” da Universidade de Buenos Aires.

A importância de Escudero é de tal ordem, que Castro inicia a apresentação de seu artigo para a Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, com citação do argentino, que espelha bem o ambiente intelectual da época:

As bases da ciência da nutrição chegaram a tal grau de perfeição que se torna necessário serem aplicadas por todos os médicos, sociólogos e industriais para resolver, de maneira utilitária, um dos grandes problemas que agitam a sociedade nestes momentos: a alimentação racional e econômica dos povos (CASTRO, 1935, p. 167)

Nesses anos, as concepções de Escudero foram difundidas por vários países da América Latina, através de “concessão anual a cada país latino-americano de bolsas de estudo para realização dos Cursos de Dietética no referido instituto.” (VASCONCELOS, 2002, p. 128). Ademais, em 1934, o médico argentino ministrou, convite da embaixada brasileira em Buenos Aires, “curso synthético de dietologia” (ESCUADERO, 1934, p.5) na Universidade do Rio de Janeiro.

Imbuído das inovações adquiridas no estágio argentino, Josué de Castro retornou a Recife onde se tornou docente da Faculdade de Medicina do Recife, e desenvolveu várias pesquisas sobre nutrição, nas quais o enfoque social tinha estatuto privilegiado.

No ano de 1932, além de iniciar a pesquisa sobre padrão de vida operário, defendeu a tese de livre-docência “O problema fisiológico na alimentação”. Em

seguida, publicou com grande repercussão na Revista de Medicina de Pernambuco, “O metabolismo basal e o clima”. (ANDRADE, 1997).

Castro contribuiu assim para a constituição de dois campos científicos, que nascidos de um mesmo impulso, depois se afastaram: a Nutrição e a Sociologia aplicada.

Por um lado, suas pesquisas encorpavam a influência da corrente “social” de pesquisadores da nutrição, pois abordava essa questão pelo prisma dos aspectos referentes à produção, distribuição e consumo de alimentos. Entre os expoentes desse grupo se destacam, além de Castro, Heitor Dias, Dante Costa, Thales de Azevedo, Peregrino Jr., Seabra Velloso e Silva Telles, que eram como que herdeiros brasileiros de Pedro Escudero, pois foram por ele influenciados, seja por estágios, cursos ou mesmo pela assimilação dos trabalhos científicos. (VASCONCELOS, 2002, p.129).

Numa vertente diversa, estão pesquisadores influenciados pelas escolas de nutrição européia e norte-americana, cujas investigações dirigiam-se aos aspectos fisiológicos do consumo e da assimilação dos nutrientes. Entre os principais nomes dessa tendência Vasconcelos (2002, p. 129) aponta Franklin Campos, Paulo Santos, Dutra de Oliveira, Hélio de Oliveira, Silva Mello, Olavo Rocha, Alexandre Moscoso, Sálvio Mendonça e Salgado Filho.

Na união dos esforços destes dois grupos reside a origem da Nutrição como disciplina acadêmica e área de pesquisa no Brasil. Os acúmulos obtidos ao longo da década de 1930 resultaram num salto institucional com a criação em 1939 do “Curso de Formação de Nutricionistas”, no Instituto de Higiene de São Paulo.

Num contexto científico como este e sob ambiente político de tensões crescentes, Castro desenvolveu sua pesquisa sobre padrão de vida operário no Recife, cuja orientação era a de construir uma “[...] interpretação histórica e econômica à luz da sociobiologia” (CASTRO, 1935, p. 169)

Cabe notar que, em breve nota, Castro, apesar da influência evolucionista ainda reinante, demarca interesse rupturo com as interpretações de fundamento racial correntes à época, como aquelas de Oliveira Vianna, por exemplo. Através do estudo da etiologia da fome, rebate a atribuição da baixa produtividade do trabalhador mestiço à sua ascendência racial. Para o cientista pernambucano

Se a maioria dos mulatos se compõem de seres estiolados, com “déficit” mental e incapacidade física, não é por efeito duma tara

racial, é por causa do estômago vazio. Não é mal de raça, é mal de fome.

[...] Não é a máquina que seja de ruim qualidade; e se o seu trabalho rende pouco, ela estanca e para a cada passo e se despedaça cedo é por falta de combustível suficiente e adequado. (CASTRO, 1935, p. 168)

Embora surgida em primeira edição em 1932, no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com a epígrafe “O valor da alimentação” (CASTRO, 1935, p.168), na versão publicada em 1935 pela Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, o autor utiliza preços de gêneros alimentícios tomados em outubro de 1934 (CASTRO, 1935, p.173). Tal discrepância pode indicar a atualização do inquérito para a publicação na Revista do Arquivo, ou ainda que ele tenha se estendido até o fim de 1934.

De todo modo, é notável o corpo desta pesquisa, uma vez que o autor aplicou cerca de quinhentos questionários em famílias proletárias, concentradas em bairros populares de Recife. (CASTRO, 1935, p.172)

Utilizando o método monográfico criado por Le Play, buscou “[...] determinar o ‘standart’ de vida das classes operárias do Recife, estabelecendo os valores médios dos salários e dos custos de sua subsistência.” (CASTRO, 1935, p. 169).

O enquadramento desta pesquisa é, portanto, não somente o salário, mas, sobretudo aquilo que do ponto de vista nutricional é necessário à classe operária sobreviver. Castro apresenta tais dados, mostrando como os baixos salários e os altos custos dos alimentos levam a uma dieta pobre em albumina, hidrato de carbono e gordura, composta especialmente de pão, charque, feijão, farinha, café e açúcar.

Nota que na família padrão (5 pessoas) boa parte são crianças que não têm acesso ao leite, ou seja, ao cálcio necessário para a composição óssea. Neste sentido, expõe o viés do engajamento político ao questionar “Como se pode comer assim e não morrer de fome?”. E só há uma resposta a dar, se bem que um tanto desconcertante: “‘Como? Morrendo de fome’” (CASTRO, 1935, p. 174)

Por fim, relaciona os dados da pesquisa à mortalidade em várias cidades do mundo, revelando os altos índices de Recife, os quais, segundo ele, não se devem às más condições de higiene, como acontece nas grandes cidades, mas, principalmente, ao “[...] estado de pobreza que condiciona a fome coletiva”. (CASTRO, 1935, p. 175)

Castro retomou um veio sociológico cuja origem remonta as décadas de 1830 e 1840 na Inglaterra. Nele perfilam as pesquisas sobre condição de vida operária de Gaskell (1833) e Engels (2008).

Suas conclusões também se assemelham às daquelas dos pioneiros europeus, e indicam precária condição dos proletários, notadamente no que se refere à “[...] péssima qualidade da alimentação operária, sendo seu regime impróprio sob todos os aspectos.” (CASTRO, 1935, p. 175).

A marca do engajamento político, presente em alguns clássicos e de clara evidência no jovem Engels, marcou o inquérito dirigido por Josué de Castro, como marcaria toda a sua obra posterior.

## **5. Considerações finais**

É possível testemunhar na obra de Josué de Castro o diferencial da preocupação com a fome, assim como o tratamento dado à questão da habitação, que nos estudos iniciais brasileiros adquiriu menor relevância. Em termos comparativos, podemos contrapor a linguagem das análises de Davis e Castro sobre essa questão.

O sociólogo americano foi militante comunista durante toda sua vida, portanto, de evidente alinhamento político em assunto que envolvia o conflito entre proletários e burgueses. Seu ativismo não foi refreado em sua curta estada em nosso país, quando proferiu uma série de conferências na Escola Livre de Sociologia e Política datadas do “outono de 1933” e posteriormente publicadas em livro de divulgação (DAVIS, 1934). Ao expor as condições das moradias operárias paulistanas, ele as qualifica como precárias, mas, muito distantes das

[...] indizíveis moradias condenadas de Nova York ou a Mietskaserne da Alemanha. O clima cálido e as casas baixas permitem aos paulistas formigar nas travessas e becos, fruindo ao menos dessa largueza.

Sem dúvida, estas observações não têm o fito de justificar a superpopulação em São Paulo ou em qualquer outra região. Tanto a saúde como a educação moral, requerem muito mais espaço do que o usado pelas famílias típicas da classe proletária de São Paulo. (DAVIS, 1935, p. 156)

De outra parte, no artigo de Josué de Castro que aqui analisamos, o tom incisivo expõe seu envolvimento não só político, em senso amplo, mas a resoluta e incansável militância contra as causas sociais da fome no Brasil que o notabilizou. Ainda que se considerem as diferenças entre as vivendas operárias de São Paulo e Recife, tal postura fica patente no comentário de Castro à exiguidade da fração do orçamento do operário recifense dedicado à moradia, no qual ele afirma que

Esta quota de habitação tão baixa torna-se possível pelas condições ínfimas de nossas casas proletárias que são na maior parte simples “mocambos” de barro e capim, construídos pelas mãos dos seus próprios moradores que pagam apenas o aluguel do chão. (CASTRO, 1935, p. 172-173)

Temos pois, que, por processos que envolveram desde preocupações puramente acadêmicas, até opções e militância política, a pesquisa de Castro, ao lado das realizadas por Davis e Lowrie, constituiu o passo inicial da Sociologia Aplicada em nosso país, pois, inseridas no contexto de debates sobre o salário mínimo do trabalhador urbano (SIMONSEN, 1934), subsidiaram sua implementação, regulamentada pela Carta de 1934 e tornada lei em 1940 (BRASIL, 1940).

### **Referências bibliográficas**

ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol.11, nº 29, Jan./Apr.1997. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141997000100009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100009&lng=pt&nrm=iso).

BRASIL. **Decreto-lei nº 2162**, de 01/05/1940. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37717>

BURET, Èugene. **De la misère des classes laborieuses en Angleterre et en France**. v. 2. Paris: Paulin, 1840.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CASTRO, Josué de. **Condições de vida das classes operárias do Recife**. Recife: Imprensa Industrial, 1932.

\_\_\_\_\_. As condições de vida das classes operárias do Recife. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**. São Paulo, vol. 18, p. 167-178, 1935.

COLE, George Douglas Howard; POSTGATE, Raymond. **The British People (1746-1946)**. London, New York: Methuen & Co, Ltd, Barnes & Noble, 1961.

COSTA, Wilma Peres. As condições de vida e do trabalhador urbano no Brasil e as expectativas sobre a imigração européia – um panorama a partir dos Relatórios Consulares Ingleses em 1870. **Revista Theomai: Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo**. n.3, 2001. Disponível em <<http://revista-theomai.unq.edu.ar/numero3/artwilma3.htm>>

DAVIS, Horace. Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**. São Paulo, v. XIII, p. 111-166, 1935.

\_\_\_\_\_. **NRA, Fascismo e Comunismo**. São Paulo: Edições Nosso Livro, 1934.

DEL VECCHIO, A.; DIÉGUEZ, C. As pesquisas sobre o padrão de vida dos operários da Cidade de São Paulo e a institucionalização da Sociologia no Brasil. In \_\_\_\_\_ (orgs). **As pesquisas sobre padrão de vida dos trabalhadores da Cidade de São Paulo**. Horace Davis e Samuel Lowrie: pioneiros da Sociologia Aplicada no Brasil. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2008.

DUCPPÉTIAUX, Edouard. **De la condition physique et morale dès jeunes ouvriers et dès moyens de la amelíorer**. Bruxelas: Meline, Cans et Compagnie, 1843.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ESCUADERO, Pedro. **Alimentação**. Rio de Janeiro: Flores & Mano Editores, 1934.



GASKELL, P. **The Manufacturing Population of England**. New York: reprint of 1833 first edition by Arno Press Inc., 1972

HOBSBAWN, Eric. **Os Trabalhadores: estudo sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KAY-SHUTTLEWORTH, James Philips. **The Moral and Physical Condition of Working Classes Employed in Coton Manufactures in Manchester**. Londres: James Ridway, Piccadilly, 1832.

LE PLAY, Frédéric. **Ouvriers européens**. Études sur les travaux, la vie domestique et la condition morale des populations ouvrières de l'Europe, précédée d'un exposé de la méthode d'observations. Paris: Imprimerie Impériale, 1855.

LOPES, José Sérgio Leite. Anotações em torno do tema "condições de vida". In SILVA, Luiz Antonio Machado (org.). **Condições de vida das camadas populares**. Série Debates Urbanos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

LOWRIE, Samuel Harman. Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários da Limpeza Pública da municipalidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, v. LI, p. 182-310, 1938.

MAGALHÃES, E. F. **Higiene alimentar**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1908.

PEREIRA, Altamirano Nunes. **Mhethodo racional de fixação de salários mínimos para a adoção no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Estatística. 1931.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

SANTOS SOUZA, F. A. **Alimentação na Bahia – suas conseqüências**. Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, 1910.

SILVINO, Paulo Ribeiro. **“Prescrições médicas” contra os males da nação: diálogos de Franco da Rocha na construção das ciências sociais no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

SIMONSEN, Roberto. **Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras**. São Paulo: São Paulo Editora, 1934.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. O ensino da Nutrição no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Nutrição**. Campinas, v. 15, n. 2, p.127-138, maio/agosto, 2002.

\_\_\_\_\_. Tendências históricas dos estudos dietéticos no Brasil. **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, p.197-219, jan-mar.2007.

VILLERMÉ, René Louis. **Tableau de l'état physique et moral des ouvriers employés dans les manufactures de coton, de laine et de soie**. Paris: Jules Renouard et Cie. Librairie, 1840.